

14641 - Relações entre (in)segurança alimentar e as condições sociais em um assentamento rural do estado de Minas Gerais

Relations between food (in)security and social conditions in a rural settlement of the Minas Gerais state

VEIGA, Luã de Souza¹; CÓCARO, Henri²; CÓCARO, Elaine Souza³; COSTA, Raoni Nazareth¹; JESUS, Eli Lino de²; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza⁴

1 Estudante de bacharelado em Agroecologia do IFSUDESTEMG/Campus Rio Pomba, candeialsv@gmail.com; 2 Professor do IFSUDESTEMG/Campus Rio Pomba, henri.cocaro@ifsudestemg.edu.br; 3 Nutricionista do IFSUDESTEMG/Campus Rio Pomba; 4 Professora da Universidade Federal de Lavras

Resumo: O objetivo deste trabalho foi relacionar as condições sociais, econômicas e produtivas dos domicílios do Assentamento Rural Olga Benário/Rio Branco-MG com suas respectivas condições de (in)segurança alimentar. A coleta de dados ocorreu no período de janeiro a junho de 2013 com 23 famílias entrevistadas, tendo como instrumento de coleta dois questionários: um semi-estruturado, para levantamento das variáveis sociais, econômicas e produtivas; e um questionário estruturado, para avaliação da condição de segurança alimentar. Dentre os resultados, apenas 26% das famílias encontram-se em condição de segurança alimentar. Como conclusões destaca-se que o menor número de pessoas no domicílio melhora a condição de segurança e que a presença de crianças e a baixa escolaridade não apresentaram-se como fatores determinantes da condição de insegurança alimentar.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Segurança Alimentar; Desenvolvimento Rural.

Abstract: The aim of this paper was to relate the social, economic and productive conditions of households in the Rural Settlement Olga Benário/Rio Branco-MG with their respective food (in)security condition. Data collection occurred in the period from January to June 2013 with 23 families interviewed, the data collection instruments was two questionnaires: a semi-structured survey to investigate social, economic and productive variables, and a structured questionnaire to assess the condition food security. Among the results, only 26% of households are in food security conditions. In conclusion it is emphasized that the lowest number of people in the household improves security condition and the presence of children and low education did not show up as determinants of the condition of food insecurity.

Key Words: Land reform; Food Security; Rural Development.

Introdução

A segurança alimentar e nutricional (SAN) implica na garantia de todos(as) a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Já a insegurança alimentar é caracterizada pela dificuldade ou acesso à comida em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção da saúde e do bem-estar, representa um dos sérios problemas sociais do Brasil (BRAGA, 2004).

A segurança alimentar vem sendo discutida como um direito fundamental à vida humana: o direito de se alimentar. Tal direito não vem sendo usufruído por milhões de pessoas que passam fome no mundo, as quais se encontram em situações de vulnerabilidade alimentar principalmente em decorrência da insuficiência de renda para acesso aos alimentos via mercado e inconstância do abastecimento no mercado interno. Neste contexto, o direito a terra é visto também como estratégia de

redução de tais riscos (DUVAL et al., 2008). Com essa orientação, o objetivo deste trabalho foi investigar a condição de (in)segurança alimentar no assentamento Olga Benário/Visconde do Rio Branco-MG, e relacioná-la com algumas variáveis sociais, econômicas e produtivas.

O assentamento, criado em 2005, era uma antiga fazenda com 810 há, planejado para 30 famílias, vindas, predominantemente, da região metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com Matuk e Magno (2012), na Zona da Mata não é comum a presença de grupos de luta pela terra, por isso o assentamento é a primeira área de Reforma Agrária no município. Após mais de 50 anos de monocultura de cana-de-açúcar, em 1996, a área destinou-se à pecuária extensiva de gado de leite. Em 2005 a fazenda foi desapropriada, mediante oferta do INCRA, que registrou irregularidades quanto ao pagamento de INSS dos funcionários e supervalorizou a propriedade, estimulando sua venda.

Metodologia

O estudo foi realizado no assentamento Olga Benário/Rio Branco-MG, no período de janeiro a junho de 2013. Dentre as 28 famílias residentes, 23 foram entrevistadas, tendo como instrumento de coleta de dados dois questionários: um semi-estruturado, para levantamento das variáveis sociais, econômicas e produtivas; e um questionário estruturado, para avaliação da condição de segurança alimentar. Este último foi fundamentado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SEGALL-CORREA, 2007).

A análise dos dados foi realizada a partir de tabulação em planilha eletrônica, com a finalidade de determinar o nível de (in)segurança alimentar das famílias. A relação entre a condição de segurança alimentar e as variáveis sociais, econômicas e produtivas foi determinada com a técnica de referência cruzada realizada pelo software SPSS. As variáveis investigadas foram: 1) número de membros da família; 2) presença de crianças no domicílio; 3) escolaridade; 4) principal fonte de renda para compra de alimentos; 5) destino da produção e; 6) renda mensal total. Neste trabalho apenas os resultados das variáveis sociais 1, 2 e 3 foram apresentados e discutidos. Também apresenta-se o resultado de análise e frequência de toda as variáveis levantadas pelo trabalho.

Resultados e discussões

Os resultados da análise de frequência indicaram que em relação ao número de membros das famílias os dados nos apontam que 82,6% das famílias assentadas possuem até cinco pessoas residindo no lote, enquanto que apenas 17,4% apresentaram mais de cinco pessoas morando na mesma residência. A presença de menores de 18 anos também foi analisada, podemos registrar que: 56,5% dos domicílios possuem menores de 18 anos e aqueles que não possuem representam 43,5% dos domicílios. No que tange a escolaridade dos entrevistados podemos verificar que 73,9% dos que aceitaram participar possuem até quatro anos de estudo, enquanto que os que possuem mais de quatro anos de estudo foram apenas 26,1%.

Ainda tratando da análise de frequência, foi possível verificar que a maior parte dos entrevistados (82,6%) trabalha por conta própria na agricultura, isto é, possui como

principal ocupação o trabalho no próprio lote enquanto que 17,4% possuem outras ocupações e/ou não possui ocupação alguma. Ao analisarmos qual a origem da renda responsável pela compra de alimentos para os domicílios/lotes podemos concluir que: 39,1% dos domicílios/lotes possuem na comercialização da produção interna sua principal fonte de renda para compra de alimentos, 17,4% na aposentadoria, 17,4% no salário de trabalho externo ao assentamento, 8,7% no programa de transferência de renda Bolsa Família, 4,4% ajuda dos filhos e outras fontes não citadas acima representaram 13%. A principal linha de produção encontrada foi o leite onde 39,1% dos entrevistados se empenham, seguido de Verduras onde 17,4% se dispõem e a produção de grãos linha esta que 13% priorizam.

Os resultados a respeito das condições de (in)segurança alimentar estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Condição de (in)segurança alimentar segundo das famílias do assentamento rural Olga Benário-MG (n = 23).

Condições de segurança alimentar	%
Segurança Alimentar	26,0%
Insegurança Alimentar Leve	61,0%
Insegurança Alimentar Moderada	9,0%
Insegurança Alimentar Grave	4,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Para efeitos de discussão sobre a relação entre as variáveis sociais e as condições de segurança alimentar, estas foram agrupadas em duas: **condição a)** “Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar Leve” e; **condição b)** “Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave”. Assim, nota-se que a maioria dos domicílios (87%) se encontra na primeira condição a) enquanto o restante (13%), encontra-se na condição b).

1) Nos domicílios com até 5 membros na família, 94,7% estavam na condição a) e 5,3% na condição b). Já nos que possuíam mais de 5 membros na família, 50% encontraram-se na condição a) e 50% na condição b).

Segundo Fávaro et al (2007), a elevada densidade familiar apresenta-se como fator diretamente proporcional a situações mais graves de segurança alimentar. A utilização da EBIA na opinião de Marin-León et al (2005) é explicativa no que tange a relação entre número de membros na família e segurança alimentar apontando que quanto maior o número de indivíduos em um domicílio menor será a quantidade de alimentos ofertada à cada um deles. Os dados aqui expostos condizem com os já encontrados por outros autores, logo é possível concluir que o número de integrantes de um domicílio é um fator determinante na condição de segurança alimentar de um domicílio na proporção de que quanto maior o número de integrantes, pior a condição de segurança alimentar.

2) Nos domicílios com a presença de crianças, 84,6% encontraram-se na condição a) e 15,4% na condição b). Nos domicílios onde não havia crianças (menores de 18 anos), verificou-se que 90% estavam na condição a) e apenas 10%, na condição b).

O trabalho de Hoffman (1995), reforçado por Pereira (2006), concluiu que a condição de segurança alimentar é afetada pela presença ou ausência de menores de 18 anos seguindo a lógica de que quanto maior o número de pessoas menores de 18 anos pior a condição de segurança alimentar. No caso do assentamento investigado a presença ou não de menores de 18 anos não trouxe diferenças sobre a condição de segurança alimentar, possivelmente porque 66,5% dos domicílios que possuíam menores de 18 anos também acessavam o programa Bolsa Família para complementação de sua renda.

3) Em relação a escolaridade, 85,7% dos domicílios onde o entrevistado possuía até 4 anos de tempo de estudo encontraram-se na condição a) e 14,3% na condição b). Quando se observou os domicílios onde os entrevistados possuíam mais de 4 anos de escolaridade, 83,3% encontraram-se na condição a) e 16,7% na condição b).

Guerrero (2009) pesquisando a respeito da relação dos fatores sociodemográficos com a condição de segurança alimentar no assentamento Horto Vogel apontou que a existência de insegurança alimentar em 65,5% das famílias e que o baixo nível de escolaridade das mesmas é um dos principais entraves à melhora dessa condição. Os dados apresentados pelo caso aqui pesquisado não permitem afirmar que o maior ou menor tempo de estudo influenciou positivamente a condição de segurança alimentar dos assentados e vice versa, logo estes dados vão de encontro a outros estudos já realizados. Uma das justificativas para explicá-la seria porque nos domicílios onde os entrevistados possuem até 4 anos de escolaridade as principais fontes de renda para compra de alimentos era oriundas da comercialização da produção interna (42,9%) e do Bolsa-família (14,3%). Tais fontes não são exigentes em escolaridade, mas destacaram-se pela importância na aquisição de alimentos.

Conclusões

Ao investigar a influência das variáveis sociais sobre os resultados da “Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar Leve” (condição a) e da “Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave” (condição b), notou-se que: 1) quanto maior o número de pessoas no domicílio, maiores as chances da família situar-se na condição de “Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave”; 2) a presença de crianças não foi determinante para conduzir as famílias à condição de “Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave” devido, provavelmente, a complementação da renda pelo programa Bolsa Família; 3) o menor tempo de estudo também não foi determinante para conduzir as famílias à condição de “Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave” o que também pode ser explicado pela influência positiva do programa Bolsa Família. Para a compreensão mais abrangente da condição de segurança alimentar no assentamento, recomenda-se a análise de características econômicas e produtivas das famílias assentadas e o aprofundamento da contribuição do programa Bolsa Família para a condição de segurança alimentar dos agricultores assentados.

Agradecimentos

Aos agricultores do assentamento Olga Benário e Brigada Regional do MST. Ao CNPQ pelo fomento de bolsa de iniciação científica. A Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Ao IFSUDESTEMG-Campus Rio Pomba.

Referências bibliográficas:

BRAGA, V. Cultura Alimentar: Contribuições da Antropologia da Alimentação. **Saúde Rev.**, Piracicaba, 6(13): 37-44, 2004.

DUVAL, H. C.; VALENCIO, N. F. L. S.; FERRANTE, V. L. S. B. Autoconsumo num assentamento rural: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de Assentamentos**, nº 11, p 101-131, 2008.

FÁVARO, T.; RIBAS, D. L. B.; ZORZATTO, J. R.; SEGALL-CORRÊA; A. M.; PANIGASSI, G. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(4): 785-793, abr, 2007.

GUERRERO, I. C. **(In) Segurança alimentar no assentamento rural Horto Vegel-Mogi Mirim/SP**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, fevereiro, 2009.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados** 9 (25),1995.

MARÍN-LEÓN, L; VIEIRA, V. L.; FIORE, E. G.; CERVATO-MANCUSO, A. M. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1433-1440, set-out, 2005.

MATUK, F. A.; MAGNO, L. Território e construção da territorialidade: uma análise do assentamento rural Olga Benário, Visconde do Rio Branco - MG. **Anais...XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Crise, Práxis e Autonomia: espaços de resistência e de esperanças**, 2010, Porto Alegre/RS.

PEREIRA, D. A.; SEGAL-CORRÊA, A.M.; PANIGASSI, G.; MARANHA, L.K.; SAMPAIO, M.F.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.. Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 13 (2): 34-42, 2006.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados** 21 (60), 2007. 143-154 p.